

NUMERAMENTALIDADE: A EMERGÊNCIA DE UM DISPOSITIVO

Samuel Edmundo Lopez Bello

samuelbello40@gmail.com

Universidade Federal do Rio grande do Sul - Brasil

Tema: Educação Matemática e Matemática Contemporânea

Modalidade: Comunicação breve

Nível educativo: Formação e atualização docente

Palavras chave: Numeramentalidade, Governamentalidade, Saber Estatístico, Dispositivo

Resumo

Ao tomar como referência a noção foucaultiana de Governamentalidade e os processos de governo, de racionalidade, de práticas e de tecnologias, descritas pelo filósofo, é que produzimos o termo “Numeramentalidade” para descrever “a combinação entre as artes de governar e as práticas e as normatividades em torno do numerar, do medir, do contabilizar, do seriar que orientam a produção enunciativa das práticas sociais, em âmbitos institucionais – como o escolar - e nos planos de agenciamentos comportamentais contemporâneos - como o do currículo. Por essa noção, propõe-se operar numa analítica que mostre a produção de tecnologias de governo das instituições e da gestão (escolas, práticas curriculares) com impactos na tomada de decisão de caráter político. Governamentalidade e Numeramentalidade são conceitos/dispositivos que operam como grades analíticas que auxiliam no entendimento da produtividade e da centralidade das quantidades, dos números (medições, índices, taxas), seus registros e usos, como expressão da verdade, nos modos de pensar de se conduzir e de se educar os indivíduos em uma sociedade.

I. Introdução

Trata-se da explicitação dos pressupostos teórico-metodológicos da produção da ferramenta analítica “Numeramentalidade” no marco conceitual do projeto de pesquisa intitulado: Numeramentalização – normatividade matemática, dispositivos e tecnologias de governo de si e dos outros, o qual tem por objetivo propor uma reflexão filosófico-analítica que mostre de que maneira, numa sociedade numeramentalizada como a nossa, práticas sociais – fazendo uso e outorgando um caráter do dizer-verdadeiro a números, índices, medições, taxas – intervêm sobre os modos de ser e agir de sujeitos produzindo modos de subjetivação individuais e coletivos em diferentes espaços institucionalizados. De início o título do projeto anuncia os elementos constitutivos dessa nossa Numeramentalidade. Em primeiro lugar, utilizam-se dos resultados oferecidos por pesquisas como as de Miguel et al (2010); Pinho e Bello (2011) e Bello (2012b) que mostram, sob uma perspectiva wittgensteiniana de linguagem, o caráter normativo dos saberes matemáticos constituintes de práticas, as quais também, ao meu ver, instituem

modos de pensar e agir. Em segundo lugar, pela compreensão relacional de poder-saber e de formas de Governo, dentro daquilo que Foucault (1988b, 2008a) denominou de dispositivo e de Governamentalidade, é que se abre a possibilidade de compreender artes, racionalidades, saberes, discursos, regimes específicos de formas de pensar e agir, que em determinados momentos históricos estão envolvidos na produção de práticas e tecnologias, para o governo de si e dos outros. Numeramentalidade, emerge assim como um dispositivo e um conceito foucaultianos, para se compreender as normatividades baseadas fortemente na quantificação, na medição, no uso e registro de números e que são produtoras, orientadoras e reguladoras de condutas, modos de pensar e agir, em último caso, produtoras de determinadas formas-sujeito na contemporaneidade.

II. Da noção de Prática

Segundo Wittgenstein, é pelos jogos de linguagem que podemos pensar em um conjunto amplo e variado de signos que articulados por regras de significação se constituem formas de pensar objetos sociais ou empíricos. Sob esta perspectiva, em Pinho e Bello (2011) discute-se como práticas no espaço institucional escolar seguem uma certa normatividade, e que atreladas a formas de vida sociais e históricas, constituem por exemplo modos de ser e de agir de professores e alunos, instituindo como devem produzir, selecionar, articular e mobilizar determinados tipos de saberes, realizar determinadas ações, atingir certas finalidades. É também, por esse entendimento wittgensteiniano da linguagem como norma e sua constitutividade das práticas que se podem entender as atividades matemáticas também numa perspectiva normativa. A concepção normativa aqui assumida nos possibilitaria investigar também como os sujeitos operam e se constituem seguindo regras, em diferentes jogos de linguagem, os quais configuram práticas sociais distintas nos usos e mobilizações, por exemplo de proposições matemáticas, em atividades que envolvem o uso de números, registros de quantidades, em qualquer que seja a instância social-institucional. Desse modo, as práticas matemáticas escolares, enquanto práticas regradas no âmbito institucional da escola, conduzem-nos para um sentido normativo do próprio fazer matemático forjado por linguagens que não estão em um plano ideal ou funcionam como uma irreduzível máquina lógica (como na visão platônica), mas encontram suas explicações e razões para existirem em suas próprias ações. Segundo Miguel et al (2010, p. 143, grifo do

autor) Wittgenstein faz uso indistinto dos termos de prática e atividade, particularmente, no interesse que o filósofo teria de desconstruir o ‘enfeitiçamento’ disciplinar de ver a matemática como um conjunto fixo de conteúdos conceituais típicos, envolvendo, números, medidas, formas definidas. Da mesma forma, sugerem-nos os autores que o modo como Wittgenstein mobiliza a palavra prática sugere vê-la como “um conjunto de ações efetivas, intencionadas, coordenadas e regradas, realizadas pelos sujeitos, pautadas em maneiras de agir [...] em formas de organização instituídas por comunidades humanas que compartilham propósitos e maneiras de ver o mundo [...]” constituindo assim um sistema de referencia e de interpretação.

De uma forma muito similar, Schatzki (1996) sugere pensar que pela noção de prática como atividade regrada - constituída pela e na linguagem - prática pode ser vista como uma instância de nexos entre ações e enunciações verbais, isto é, prática é o que se constitui através de significações que atribuímos aos nossos modos de dizer e agir - em último caso modos de pensar - fazendo uso de regras de significação, prescrições, normas, com princípios explícitos, envolvendo finalidades, propósitos, e disposições.

Ao se experimentar a ampliação da noção de jogos de linguagem e seu sentido regrado proposto por Wittgenstein, para outra dentro de uma teoria social; é que acontece uma aproximação ao entendimento foucaultiano de práticas discursiva, cujas regras constitutivas operam num âmbito estratégico, fortemente sustentado pela questão do poder. Para Foucault o estudo dessas práticas discursivas implica em entender processos de produção e captura de regras que efetivamente autorizam, proíbem, orientam, conduzem, governam, significam nossos modos de ser e agir. Os discursos são vistos como práticas enquanto objetos a serem estudados e não como fenômenos de expressão de um sujeito que o pensa, que o conhece e que o diz.

Nesse contexto, estabelece-se que na linha do poder-saber e no âmbito da produção discursiva, os saberes ganham um grau de autonomia e heterogeneidade, tanto normativa quanto estratégica. Suas condições de produção, mobilização e de uso dependeriam deles mesmos como conjunto de conhecimentos que teriam sua própria funcionalidade desvinculadas a todo momento das práticas sociais que os engendraram, os demandaram, e em último caso, reatualizaram-nos tornando-os normas, estratégias, ações, linhas de direção e sentido e não apenas de significação. Esses entendimentos e suas problematizações são trazidos dentro da nossa analítica teórica, por serem considerados importantes aos modos de dizer e ver, não apenas do que poderíamos denominar de práticas de governo em educação matemática (Bello 2012b); mas

também uma preocupação com as tecnologias de produção de sujeitos, identidades, individualidades que extrapolam o âmbito disciplinar. Assim, as noções foucaultianas de dispositivo e de governo, mostram-se pertinentes tanto para questionar a produção de saberes e de verdades, bem como os processos de constituição/fabricação de sujeitos da/na educação.

III. Da Governamentalidade à Numeramentalidade como dispositivo.

Para Foucault, os saberes, compreendidos na sua materialidade, nas suas práticas, são dispositivos políticos articulados com as diferentes formações sociais, inscrevendo-se, portanto, numa política geral de verdade. E por dispositivo o filósofo entende um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, regulamentos, leis, conhecimentos, proposições filosófico-morais, entre outros (Foucault, 1988a, p. 244). Nesse sentido, o sujeito é um lugar no dispositivo, é efeito do jogo de posições discursivas, ele se constitui na rede de relações de poder das práticas. Por esta perspectiva rejeita-se assim toda concepção autônoma transcendental-kantiana sobre o sujeito, bem como a sua subjetividade psicológica. Como diria Foucault, o interessante é entender como se dá a constituição do sujeito no interior mesmo da própria história, a maneira como, em cada momento ou época, impôs-se a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras; a maneira como, a partir de certas regras, nossas sociedades definiram tipos de subjetividade; formas de saber e, por conseguinte, formas de relação muito específicas com a verdade” (Foucault, 2008b, p. 11). Nesta nossa analítica, é de interesse considerar, como pelas práticas sociais, os fatos discursivos operam como jogos estratégicos que orientam e provocam condutas. Esses jogos de orientação e condução de conduta evidenciam o caráter estratégico das regras que compõem as práticas como jogos de governo. Segundo Foucault (1988b), o governo constitui-se no ponto de contato entre o modo como se dá a condução e o conhecimento dos indivíduos e o modo pelo qual os indivíduos se conduzem e se conhecem a si próprios, naquilo que Foucault (2010) denominou de *foco de experiência*, isto é, o ponto de inflexão no qual se articulam e se sobrepõem, “primeiro, as formas de saber possível, segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis” (FOUCAULT, 2010, p. 4). Assim, do ponto de vista analítico, sugere o filósofo, devemos-nos importar com os procedimentos de governamentalidade, isto é, olhar para as artes e técnicas de governar;

para os modos e formas de orientar condutas; para os modos e técnicas de conduzir a si mesmo e aos outros, em síntese - olhar para uma pragmática da existência (FOUCAULT, 2010, p. 7).

Essa definição de governo como condução da conduta é importante para se entender o funcionamento, controle ou direcionamento de comportamentos e atitudes dentro de instituições ou comunidades, na alteridade e na relação consigo mesmo. É importante destacar que no entendimento relacional que Michel Foucault faz do poder-saber, que utiliza o termo *governamentalidade* (FOUCAULT, 2008a) para se referir à disposição, organização, distribuição, estudo, análise de práticas, racionalidades e técnicas de governo¹ e na produção de práticas e tecnologias específicas para a condução de todos (populações) e de cada um (indivíduos). Autores contemporâneos como Nikolas Rose e Colin Gordon, bem como o próprio Foucault, discutiram como o liberalismo e o neoliberalismo se constituíram contemporaneamente como racionalidades governamentais. Nesse sentido, e tomando como referência a noção foucaultiana de Governamentalidade (Foucault, 2008a) e fazendo o embaralhamento de suas possibilidades (processos de governo, racionalidade, práticas, tecnologias) é que utilizar-se-á a “Numeramentalidade” (Bello, 2012b), como ferramenta analítica para o estudo de normatividades produtoras, orientadoras e reguladoras de condutas, modos de pensar e agir na contemporaneidade baseadas fortemente na quantificação, na medição, no uso e registro de números. A noção Foucaultiana de Governamentalidade e/ou governo, e aquilo que ele denomina de “processos de governamentalização” das artes e técnicas de governar, serviu de base à invenção do neologismo *Numeramentalidade*, em português, que poderia ser melhor expresso como: *Numeramentalité*, em francês, em analogia ao termo *Gouvernementalité*, próprio da teorização Foucaultiana.

Essa noção – a de Numeramentalidade – é entendida como “a combinação entre as artes de governar e as práticas e as normatividades em torno do numerar, do medir, do contabilizar, do seriar, as quais orientam a produção enunciativa das práticas sociais, em âmbitos institucionais e nos planos de agenciamentos comportamentais contemporâneos (2012c). Esses agenciamentos tendem posicionar a Numeramentalidade não apenas como um dispositivo, como referido por Foucault, no qual se operam práticas,

¹ Utilizaremos o termo Governo, ao invés de governo, para distingui-lo do sentido capturado e atribuído pela ciência política nos séculos XVII e XVIII.

constituem-se discursos e identidades, regulam-se condutas, incitando-se, sempre que possível, a processos de subjetivação.

Neste caso, tanto a ferramenta metodológica e conceitual da Governamentalidade como a Numeramentalidade, além de dispositivos de uma época, modos e formas de se expressar uma racionalidade de governo; serão vistas também são ferramentas para se entender a produção de tecnologias de governo das instituições e da gestão (escolas, práticas curriculares) com impactos na tomada de decisão de caráter político. Governamentalidade e Numeramentalização são conceitos que operam como grades analíticas que auxiliam no entendimento da produtividade e da centralidade das quantidades, dos números (medições, índices, taxas), seus registros e usos como expressão da verdade nos modos de pensar e se conduzir dos indivíduos de uma sociedade. Essa centralidade dar-se-á pelo entendimento de como os números, medidas, taxas, índices - considerados domínios do saber científico - vêm operando como tecnologias para orientação de condutas das populações, no quadro do que ele tem denominado de uma racionalidade política que incide e conduz a ação de indivíduos e da sociedade. Governamentalidade refere-se ao controle de condutas como uma preocupação política.

A fim de pôr a funcionar essa Numeramentalidade, como dispositivo de uma época, e como ferramenta analítica em processos investigativos, de forma diversificada nas suas temáticas e nas suas metodologias, isto é, como dizemos em Bello (2012a) um conceito; apontamos para quatro linhas de ação investigativa, as quais, na sua transversalidade, pretendem dar consistência àquilo que entendemos ser a nossa reflexão filosófico-analítica em torno das práticas sociais e suas normatividades no âmbito do saber que as constituem. Propõe-se assim:

1. uma analítica histórico-filosófica a ser empreendida no intuito de se explicar como a nossa sociedade foi aos poucos se numeramentalizando, isto é, como foram se desvinculando os domínios de saber – neste caso, aqueles referentes ao uso das quantidades, dos números, das medidas, das séries - engendrados a partir de práticas sociais, constituindo-se como conjuntos autônomos e heterogêneos de normas, estratégias e ações; ou seja, as disciplinas.
2. uma problematização em torno da produção discursiva, do ponto de vista cognitivo (as numeralizações) e sócio-culturais (os numeramentos), na linha do poder-saber, que têm fabricado sujeitos, identidades culturais, hierarquizado

- diferenças, com base nos usos, expressões e manejos dessas quantidades, registros, medidas, operações por parte dos indivíduo e de suas instituições.
3. Uma grade analítica para se entender a produtividade da centralidade das quantidades, dos números (medições, índices, taxas), seus registros e usos e que, na racionalidade política governamental neoliberal contemporânea, vem provocando, conduzindo, dirigindo, orientando modos de pensar e de agir dos indivíduos na sociedade;
 4. um entendimento de produção de toda uma tecnologia de governo, no sentido Foucaultiano, de incidência institucional e de gestão (escolas, currículos, campanhas educacionais) para a tomada de decisão e intervenção política com base nos números e seus usos como expressão da verdade.

IV. Considerações finais

Constituição disciplinar; produção discursiva; o caráter normativo dos saberes – em particular dos saberes matemáticos – as relações de poder-saber; a racionalidade política; o quantitativo, os números, as medidas, os índices, as taxas; o controle e a regulação; as tecnologias de governo; tudo isso nos faz pensar que é o momento de embarcarmos os códigos; constituir aquilo que deleuzianamente pode ser denominado de uma perspectiva, isto é, uma instância a partir do qual se organize o caos, se possa pôr em série os fenômenos; uma condição de surgimento e manifestação de outra verdade.

Ao se trabalhar com a numeramentalidade como conceito, extrapola-se o âmbito da Educação matemática, uma vez que se amplia a discussão da operatividade discursiva das formas e modos de subjetivação individuais e coletivos por diferentes espaços socialmente institucionalizados. Assim, não se fala de uma educação disciplinada ou disciplinar, mas de uma educação que diz respeito a produção de imperativos tomados mais como compromissos constitutivos de práticas e de individualidades num determinado momento histórico.

Análíticas em torno de práticas curriculares e de índices de desempenho (Bello, 2012c), por exemplo, são uma pista para se discutirem as condutas e as formas sujeitos que se almejam na sociedade contemporânea, através da educação escolar.

Referências bibliográficas

- Bello, S. E. L. (2012a). Numeramentality: A research program in Mathematics Education. *Quaderni di Ricerca in Didattica (Mathematics)*. n. 22, Sup. 1, 114-117
- _____. (2012b). Numeramentalização: o estudo das práticas e do governo em Educação (e) Matemática na contemporaneidade. *Reflexão e Ação*, v.20, n2, 88-114.
- _____. (2012c) As práticas curriculares em Matemática que se produzem pelo governo do IDEB. *Horizontes*, v. 30, n. 2, 19-30.
- Foucault, M. Sobre a História da sexualidade. (1988a). In: Foucault, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, pp. 243-276.
- _____. Da Governamentalidade (1988b). In: Foucault, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, p. 277-295.
- _____. (2008a). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2008b). *A verdade e as formas jurídicas*. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU.
- _____. (2010) . *O governo de si e dos outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- MIGUEL, A. Et al. (2010). Desconstruindo a matemática escolar sob uma perspectiva pós-metafísica de educação. *Zetetiké*, v. 18, Edição especial, 123-195.
- PINHO, P. M.; BELLO, S. E. L. (2011). Práticas Matemáticas escolares como atividades regradas: modos de significar e se conduzir. In: XIII Conferência Interamericana de Educação Matemática, *Anais*. Recife: 12 fl. Disponível em: <http://www.cimm.ucr.ac.cr/ocs/index.php/xiii_ciaem/xiii_ciaem/paper/viewFile/2265/548> Acesso em: 15 ago. 2012.
- SCHATZKI, T. R.. (1996) *Social practices: a wittgensteinian approach to human activity and the social*. New York (USA): Cambridge University Press.